

Trabalho de defesa da sociedade civil: estudos de casos de boas práticas em África

Fundo da Sociedade Civil para a Educação
Junho de 2014

Sobre o Fundo da Sociedade Civil para a Educação

Lançado pela Campanha Global pela Educação e parceiros regionais, em 2009, o Fundo da Sociedade Civil para a Educação (CSEF) abriu o caminho para que a sociedade civil seja um parceiro credível no envolvimento com os governos e grupos de doadores em educação. O CSEF é financiado através da Parceria Global pela Educação e supervisionado pela UNESCO. O governo espanhol oferece apoio adicional para os países não-elegíveis para a PGE na América Latina, e o governo australiano financiou o programa em 2012.

Até ao momento o CSEF apoiou mais de 50 coligações nacionais de educação em África, na América Latina e Caraíbas, Médio Oriente e Europa Oriental e na Ásia e Pacífico, garantindo maior envolvimento da sociedade civil nos processos da PGE. Durante este período, o número de coligações envolvidas em Grupos Locais de Educação e Grupos Técnicos de Trabalho passou de 18 para 38, fazendo com que a sociedade civil contribuísse de forma importante para o planeamento e política do sector da educação. As organizações da sociedade civil que se juntaram a coligações nacionais passaram de 1129 para 3948, ampliando o apoio nacional e a base e alcance do trabalho de defesa.

Aprendendo com as Coligações Nacionais de Educação

Devido ao envolvimento e apoio das sociedades civis e ao seu trabalho de defesa conseguiram-se alterações substanciais nas políticas e sistemas nacionais de educação; desde garantir que o direito à educação seja consagrado nas constituições nacionais a acabar com as propinas. O CSEF tem sido fundamental para permitir este tipo de mudança.

O CSEF em África: ANCEFA

Um elemento fundamental para fortalecer a capacidade das coligações é a aprendizagem partilhada. Esta brochura fornece cinco exemplos de boas práticas de coligações da sociedade civil, através do CSEF, explicando as formas como os avanços da campanha foram alcançados, de modo a poder ajudar outras coligações nacionais a alcançar os seus próprios objetivos.

Em África, o CSEF é gerido pela Africa Network Campaign for Education For All (ANCEFA). Foi criada em maio de 2000 e a sua visão e missão implicam a luta contra o analfabetismo através de uma influência positiva nas políticas e práticas educacionais a nível nacional e internacional.

BURKINA FASO: Garantir a transparência e democracia na governação do sector da educação

Coligação: Coalition Nationale EPT du Burkina Faso (CN-EPT/BF)

No Burkina Faso, a coligação ajudou a institucionalizar a relação entre o governo e a sociedade civil, garantindo a participação efetiva dos cidadãos na monitorização de planos e orçamentos sectoriais de educação.

Contexto: Educação no Burkina Faso

- A taxa de matrícula na primária é de 58%
- O governo gasta 10,8% do orçamento nacional e 4% do PIB em educação
- 28,7% dos adultos e 39,3% dos jovens são alfabetizados
- O rácio médio aluno / professor para o ensino primário é de 52
- 42% das crianças em idade escolar não frequentam a escola

Fonte: Instituto de Estatística da UNESCO de 2010 e Relatório de Monitorização Global EPT 2011

A Coalition Nationale EPT do Burkina Faso é uma rede de diversas organizações da sociedade civil que lutam para alcançar um ensino básico de qualidade e gratuito para todos os cidadãos, com particular destaque para os grupos marginalizados, tais como as comunidades rurais, as mulheres e raparigas. Defende também melhores condições de trabalho e formação de professores, cuidados na primeira infância e a alfabetização de jovens e adultos. Fundada em outubro de 2000, a coligação dispõe agora de 26 organizações-membro oriundas de 13 regiões.

Através do contributo dos fundos CSEF a Coalition Nationale EPT pressionou o governo, o Ministério da Educação Nacional e da Alfabetização e a Assembleia Nacional para aumentar a participação da sociedade civil no planeamento, implementação e monitorização do sector, e assegurar um melhor acesso à informação relevante sobre educação ao público em geral. A coligação também levou a cabo monitorização participativa do orçamento do sector da educação e monitorizou as despesas do governo.

O que fez a coligação?

No passado, a sociedade civil no Burkina Faso foi impedida de aceder a informações ou participar em qualquer forma de diálogo relacionado com o sector da educação. Isto colocou pressão sobre a possibilidade de os cidadãos contribuírem para o desenvolvimento, implementação e acompanhamento dos planos e programas de educação. Sem a vigilância da sociedade civil os fundos foram muitas vezes gastos sem cumprir as previsões ou foram mesmo mal utilizados.

A fim de aumentar a transparência e melhorar a governação do sector da educação a Coalition Nationale EPT começou, com o apoio do CSEF, a fazer pressão junto dos principais decisores para conseguir uma conduta mais aberta e inclusiva de atividades relacionadas com a educação. Realizou uma série de ações para aumentar a consciência e interesse dos cidadãos pela educação, por exemplo, ligando-se aos meios de comunicação, produzindo vídeos e difundindo informações através da Rádio Nacional. Dirigiu-se também a tomadores de decisão através de manifestações públicas e exigiu transparência e melhor governação do sector da educação, por exemplo, através de uma maior partilha de documentos importantes e dos orçamentos escolares. Outro

pedido-chave do seu trabalho de defesa foi pedir ao governo que desse à sociedade civil um papel oficial no processo de elaboração de planos e orçamentos de educação, e no controlo e monitorização dos orçamentos e despesas da educação. A fim de melhorar a capacidade e a credibilidade da sociedade civil para desempenhar este papel, a coligação realizou uma ação de formação em análise e monitorização do orçamento para os seus membros, e realizou pesquisas e estudos sobre a gestão das escolas e monitorização pelos cidadãos. Ampliou também as suas oportunidades através da criação de alianças e parcerias com uma variedade de intervenientes no domínio da educação tais como ONGI, a Assembleia Nacional, grupos de jovens, parlamentares e o Centro de Informação, Formação e Estudo sobre o Orçamento. Tudo isto permitiu que a sociedade civil pudesse exercer uma maior pressão sobre os governos e conseguisse fazer-se ouvir.

Qual foi o impacto do trabalho da coligação?

Em resposta à enorme pressão da sociedade civil, liderada pela coligação, o governo começou a implementar mecanismos para a inclusão da sociedade civil nos processos de planeamento e monitorização da educação. Uma grande conquista foi o desenvolvimento, em 2010, de um documento que institucionaliza a relação entre a sociedade civil e o Ministério da Educação Nacional. Este documento estipula o envolvimento da sociedade civil no desenvolvimento, validação e avaliação dos planos de ação e orçamentos do Ministério. O Ministério mostrou o seu compromisso para com a transparência, disponibilizando ao público documentos do sector bem como orçamentos escolares e permitindo a participação da sociedade civil nos Conselhos do Ministério de Educação a nível municipal, regional e nacional. Ao autorizar o controlo e acompanhamento de orçamentos e despesa pelos cidadãos, permitiu que a sociedade civil acompanhasse a gestão escolar a nível local, e assegurasse que o financiamento chega aos beneficiários. A informação recolhida pela coligação e pelos seus parceiros sobre os processos de orçamento é enviada ao Ministério da Educação, com recomendações sobre como manter a governança democrática da educação a nível local. Como resultado destes processos de auditoria social, quase todas as escolas receberam os suprimentos necessários a tempo em 2011/2012, uma grande melhora em relação aos anos anteriores.

Lições aprendidas:

1. O reforço das capacidades dos membros da coligação em análise e acompanhamento do orçamento de educação capacitou a sociedade civil a influenciar positivamente o processo de orçamento e a fazer recomendações ao Ministério da Educação.
2. Ao ganhar um estatuto legal oficial, a coligação conseguiu aumentar a sua visibilidade e credibilidade junto dos principais interessados, como autoridades governamentais, parlamentares, parceiros financeiros e ONG nacionais e internacionais.
3. A aplicação rigorosa da boa governação e gestão dos recursos ao nível da escola pode contribuir para conseguir efetivamente alcançar a Educação para Todos.
4. A partilha de informação através do uso de arte visual e vídeo é eficaz para chamar a atenção de uma grande variedade de partes interessadas.



Contactos da Coligação

Coalition Nationale EPT du Burkina Faso (CN-EPT/BF)

Telefone: +226 50 38 83 72

E-mail: cneptbf@yahoo.fr

Website: www.cneptbf.org

SENEGAL: Abolição do recrutamento antidemocrático de professores no Senegal

Coligação: Coalition des Organisations en Synergie pour la Défense de l'Éducation Publique (COSYDEP)
No Senegal, a coligação pressionou o Ministério da Educação para eliminar o “Sistema de Quotas de Segurança”, um método nocivo de recrutamento de professores.

Contexto: Educação no Senegal

- A taxa de matrícula no ensino primário é de 75%
- 13% estão matriculadas na escola pré-primária
- 59% das crianças completam o ensino primário
- O governo gasta 24% do orçamento nacional em educação
- Entre os adultos de 38,7% das mulheres e 61,8% dos homens são considerados alfabetizados
- A despesa pública em percentagem do PIB aumentou de 3,2% em 1999 para 5,7% em 2010

Fonte: Instituto de Estatística da UNESCO 2010 e Relatório de Monitorização Global de 2012

A Coalition des Organisations en Synergie pour la Défense de l'Éducation Publique (COSYDEP) foi criada em 2007 por um grupo de ONG, sindicatos e organizações de base, que aspiravam a alcançar os objetivos da Educação Para Todos até 2015. O objetivo é unir as partes interessadas da sociedade civil que trabalham com educação e fazê-las refletir, consultar e criar estratégias para promover uma educação pública de qualidade, gratuita, inclusiva e acessível e defender uma gestão transparente e eficaz do sector da educação.

Ao ganhar identidade legal em 2009, a COSYDEP tornou-se uma representante credível da sociedade civil no Senegal, trabalhando para influenciar o Ministério da Educação e outros tomadores de decisões, responsabilizando-os pelos seus planos e orçamentos. A COSYDEP recebe financiamento do CSEF desde 2009, o que ajudou a coligação a levar a cabo o seu trabalho de promoção de defesa, monitorizar os compromissos com a educação e envolver-se de forma efetiva em diálogos com o governo, trabalhando para alcançar políticas de maior relevo em educação, especialmente para as raparigas.

O que fez a coligação?

O recrutamento de professores deve ser baseado no mérito e nas necessidades decorrentes do sistema de educação. No entanto, em 1995, o “Sistema de Quotas de Segurança” (quota sécuritaire) foi introduzido como um processo alternativo de recrutamento de professores, operando em paralelo com as estruturas formais e competitivas de emprego.

Através do Sistema de Quotas de Segurança os professores eram diretamente empregados pelos serviços centrais do Ministério da Educação, em vez de seguir os procedimentos formais de entrada. Este método foi objeto de políticas e relações dentro do governo, e os empregos foram muitas vezes oferecidos como favores políticos. Assim, o Sistema de Quotas de Segurança fez com que houvesse professores sem formação e experiência adequadas, contratados através de processos de recrutamento não democráticos. Além disso, houve falta de mecanismos de responsabilização para supervisionar o processo e, portanto, o sistema pôde continuar a existir durante mais de uma década. Foi um desastre para um país onde nem metade da população com idade entre os 15 e os 24 anos sabia ler e escrever.

A COSYDEP tomou uma posição firme contra o Sistema de Quotas de Segurança, e trabalhou com o CSEF, com membros e sindicatos de professores, levando a cabo pesquisas e estudos que mostraram as graves consequências do Sistema sobre o sistema de educação. Os resultados foram amplamente difundidos através de boletins informativos, vídeos e nos meios de comunicação, de modo a criar consciência entre o público em geral e tornar o debate do Sistema de Quotas de Segurança uma questão pública essencial. Durante a Semana de Ação Global, a COSYDEP organizou uma viagem de autocarro que andou por vários distritos para divulgar informações em escolas e comunidades locais, e realizou atividades de mobilização em massa através dos seus membros. A coligação também colocou uma pressão constante sobre o Ministério da Educação e outros tomadores de decisão, facilitando debates políticos, fazendo ações de defesa e escrevendo cartas ao Presidente, exigindo a abolição do Sistema de Quotas de Segurança.

Qual foi o impacto do trabalho da coligação?

Como resultado dos esforços ativos de ações reivindicativas e de defesa da COSYDEP, o governo foi obrigado a tomar medidas e, em 2010, o Ministério da Educação confirmou a eliminação do Sistema de Quotas de Segurança. Isto resultou num aumento dos níveis de recrutamento de professores, através de processos competitivos oficiais, e melhores disposições para formação de professores. Os Sistemas de professores não-profissionais foram oficialmente abolidos.

A fim de responsabilizar o governo por estes compromissos, a COSYDEP estabeleceu mecanismos de monitorização local, aproveitando a sua ampla presença de base em todas as regiões do país. Informação regular, por parte dos membros no terreno, garante que o Sistema de Quotas de Segurança tenha de facto sido erradicado.

Todo o processo instigou uma reestruturação organizacional no âmbito do Ministério da Educação que levou à criação de uma nova Direção de Formação e Comunicação e centros de formação de professores em cada região do país.

“

Hoje, a COSYDEP é um actor essencial no sistema de ensino no Senegal, e tornou-se essencial tanto a nível do debate como da implementação, monitorização e avaliação, graças ao grande apoio do Fundo da Sociedade Civil para a Educação. ”

Cheikh Mbow, COSYDEP

Lições aprendidas:

1. A pesquisa e recolha de provas é uma base essencial do trabalho de defesa, a fim de influenciar as políticas governamentais e mobilizar o público.
2. A participação dos atores locais em processos de monitorização e feedback é vital para a obtenção de provas no terreno.
3. Manter a pressão sobre o governo para assumir compromissos concretos e implementar boas práticas.



Contactos da Coligação

Coalition des Organisations en Synergie pour la Défense de l'Éducation Publique (COSYDEP)

Telephone: + 221 33 864 13 58

E-mail: cosydep@gmail.com

Website: www.cosydep.org

GANA: Influenciar as políticas de educação

Coligação: Ghana National Education Campaign Coalition

No Gana, a coligação nacional tem influenciado o desenvolvimento de políticas através de amplo envolvimento da sociedade civil na revisão governamental do sector de educação.

Contexto: Educação no Gana

- O ensino primário e secundário é gratuito e obrigatório.
- A taxa de inscrição das crianças, em idade oficial para frequentar o ensino primário, é de 77%
- Na escola primária a relação professor-aluno é de 31.
- A taxa de transição do ensino primário para o ensino secundário é de 91%
- 80,8% dos jovens são considerados alfabetizados.
- A despesa pública com a educação é de 5,5% do PIB e 24,4% da despesa pública total.

Fonte: Instituto de Estatística da UNESCO de 2010 e Relatório de Monitorização Global EPT 2011

A Campanha da Coligação Nacional de Educação do Gana (GNECC) é a principal rede de defesa de educação no Gana. A GNECC foi formada em 1999 e desde então a adesão cresceu para cerca de 300 organizações-membro e indivíduos. A GNECC visa criar consciência e influenciar as práticas e formulação de políticas do governo e dos parceiros de desenvolvimento no que diz respeito à educação, através da mobilização e reforço da sociedade civil.

Desde o subsídio do CSEF a base de membros da coligação cresceu de 200 para 300 organizações, aprimorando o seu trabalho de promoção de defesa na política de educação. Através de ações de defesa ativas junto do governo, e do envolvimento da sociedade civil, a coligação teve um impacto importante no planeamento do sector de educação e no desenvolvimento de políticas.

O que fez a coligação?

Em 2005, o Ministério da Educação viu o seu plano estratégico de educação ser aprovado pela Fast-Track Initiative (FTI, agora a Parceria Global pela Educação - PGE) pela primeira vez. Num esforço destinado a garantir a responsabilização e utilização racional dos recursos, o Governo deu início a uma estrutura de acompanhamento chamada Revisão Anual do Sector de Educação Nacional (NESAR). Na época da aprovação pelo FTI, a sociedade civil não participava no planeamento do sector da educação ou na formulação de políticas. No entanto, esta situação mudou quando a GNECC pressionou o governo para uma maior participação nos processos de desenvolvimento do ensino e obteve autorização para participar na revisão anual, representando a sociedade civil. Desde então tornou-se uma plataforma vital para o diálogo estratégico sobre educação.

A coligação envolveu os seus membros neste processo de avaliação através da criação de uma Revisão Anual da Sociedade ao Sector Educativo (CSO-ESAR). A CSO-ESAR reúne movimentos da sociedade civil para preparar uma contribuição para a revisão governamental anual.

A recolha de informação baseada em evidências é uma parte vital do processo e a GNECC apoia os seus membros em todo o país

na realização de estudos e pesquisas de monitorização que se centrem na oferta de educação de acordo com o plano estratégico da educação. A coligação também começou a criar capacidade de os membros participarem em revisões regionais e distritais do sector de educação.

Os resultados destes esforços, bem como de iniciativas de monitorização e rastreamento nacionais em curso na GNECC, orientam as discussões na revisão da Sociedade Civil. Os participantes, em seguida, chegam a acordo sobre um documento de posição destacando questões, preocupações, exigências e recomendações políticas. O documento é então apresentado ao governo para a Revisão Anual do Sector de Educação Nacional, e usado como uma ferramenta de recursos durante o processo de revisão. Na sequência da revisão anual, os membros da coligação têm a tarefa de apresentar as preocupações e exigências destacadas no documento de posição CSO nas reuniões importantes com o governo. Através da ampla base de membros da GNECC e da sua participação nos processos de revisão do sector de educação, a coligação pode defender ativamente, junto do governo, a posição da sociedade civil. Além disso, a sociedade civil tem assim uma plataforma para falar a uma só voz.

Qual foi o impacto do trabalho da coligação?

A GNECC viu resultados claros dos seus esforços de incidência política no atual Plano Estratégico de Educação. Estes resultados incluem um foco no género e proteção das raparigas na escola, a expansão do programa de alimentação escolar e a introdução de políticas pró-pobres, como uniformes escolares gratuitos, uma política de cadernos escolares e educação gratuita para pessoas com deficiência do ensino básico ao superior.

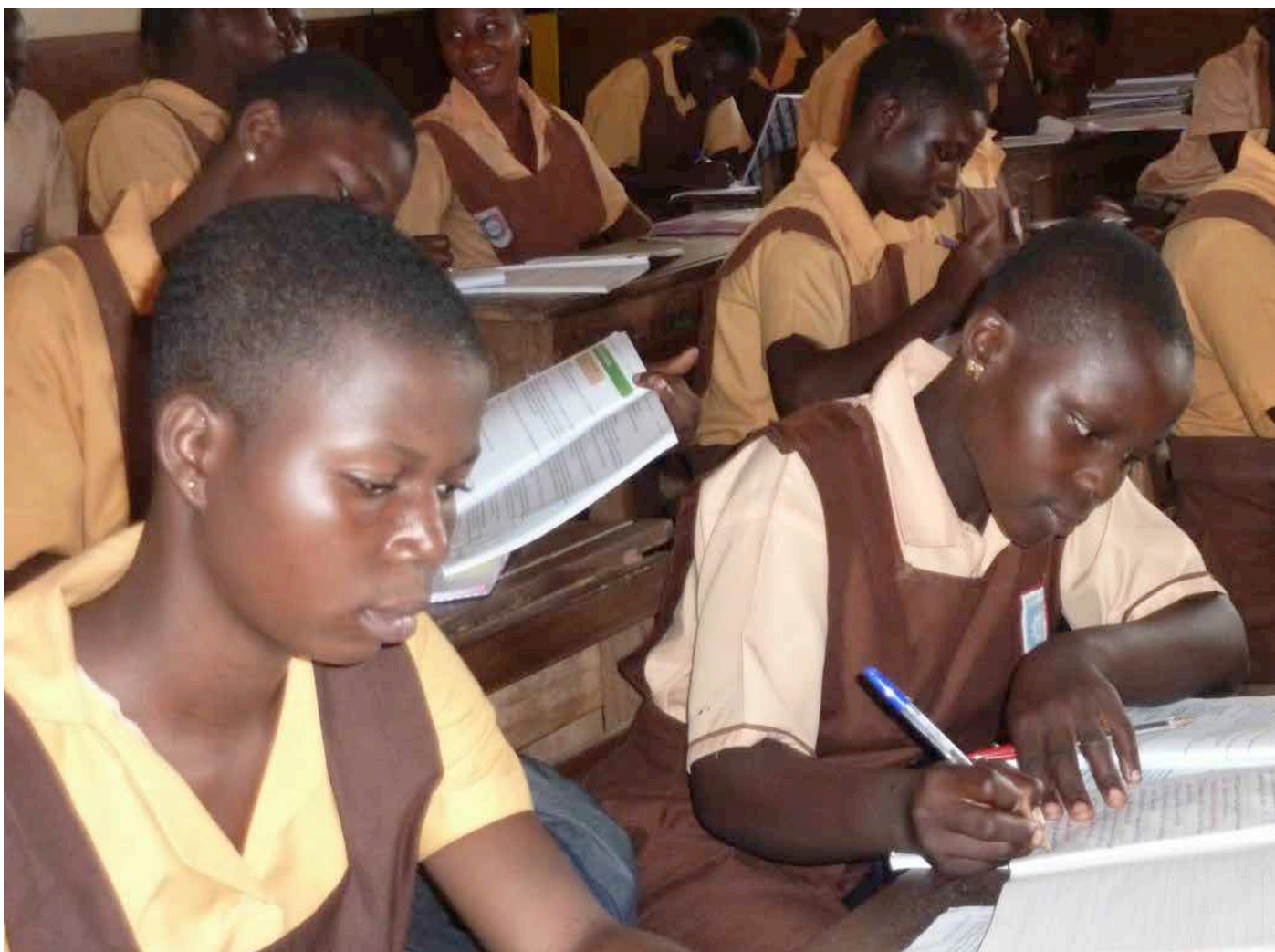
Durante a anterior Revisão Anual do Sector de Educação Nacional (2011), a GNECC utilizou resultados da sua investigação que revelavam que no Gana um grande número de raparigas abandonam a escola em anos mais avançados do ensino básico. Frequentemente isto devia-se à falta de instalações escolares

adequadas para raparigas e a gravidez na adolescência. Os resultados foram apresentados no documento de posição da CSO em 2011, exigindo uma política global de educação para mulheres e raparigas, com disposições específicas sobre a readmissão de raparigas que tenham abandonado a escola, por exemplo, devido a gravidez na adolescência. Estas exigências também foram apresentadas pela GNECC ao Ministério da Educação durante a Semana de Ação Global 2011, num documento de posição. Como resultado, o Ministério da Educação comprometeu-se a desenvolver uma Política de Género em Educação, como parte da agenda do governo para 2012.

Lições aprendidas:

1. É importante que seja criado um espaço para a sociedade civil a nível nacional. Uma vez iniciado, as coligações precisam de construir a sua capacidade para utilizar o espaço disponível. A GNECC, por exemplo, formou os seus membros na utilização de ferramentas tais como revisão de políticas e análise de orçamento e apoiou-os de modo a que levassem a cabo trabalhos de pesquisa e inquéritos abrangentes. Isto aumenta a credibilidade, levando ao reconhecimento da coligação como um parceiro no diálogo do sector da educação com as partes interessadas.
2. Criar uma plataforma para a sociedade civil falar a uma só voz é vital. Ao juntar-se numa reunião anual, a sociedade civil do Gana interessada na educação consegue desenvolver um documento de posição conjunto que pode ser partilhado com o governo e utilizado por uma série de membros da coligação.

“Trabalhando desta forma, provavelmente veremos as nossas preocupações e exigências incluídas nos planos do governo cada ano.”
Leslie Tettey, GNECC



Contactos da Coligação

Ghana National Education Campaign Coalition (GNECC)

Telephone: +233 (21) 521650

E-mail: info@gnecc.org

QUÊNIA: Fazer da educação uma prioridade na Constituição

Coligação: *Elimu Yetu*

No Quênia, a coligações nacional de educação assegurou a participação da sociedade civil nos processos de reforma do ensino, o que influenciou a nova legislação e constituição.

Contexto: Educação no Quênia

- A taxa de matrícula no ensino primário é de 82%
- Mais de 16% das crianças em idade de frequentar o ensino primário não vão à escola.
- Na escola primária a relação professor-aluno é de 47, mas nas zonas rurais e nos bairros pobres a relação chega a 100:1.
- A despesa pública com a educação é de 6,7% do PIB e corresponde a 17,2% da despesa pública total.

Fonte: Instituto de Estatística da UNESCO de 2010 e Relatório de Monitorização Global EPT 2011

A Coligação Yetu Elimu (EYC) é uma rede de organizações da sociedade civil que trabalha para o cumprimento dos objetivos da Educação para Todos (EPT) no Quênia. Criada em 1999, a coligação reúne 76 organizações da sociedade civil que defendem ativamente a oferta de um ensino básico de qualidade para todos os rapazes e raparigas do país.

Em 2009 a Elimu Yetu aderiu ao programa do Fundo da Sociedade Civil para a Educação (CSEF), que deu apoio financeiro para a coligação fortalecer as suas campanhas de defesa, em particular ao nível da base; realizar monitorização e análise do orçamento; pressionar para melhores mecanismos de financiamento e influenciar a elaboração da Constituição bem como a redação de uma nova política nacional de educação e quadro legislativo. Como resultado dessas iniciativas a EYC é agora reconhecida pelo Ministério de Educação e doadores no país como um parceiro credível, que representa a sociedade civil no diálogo político e nos processos de planeamento do sector educativo. A coligação tem assento nos comités de revisão e grupos de trabalho técnico do governo e dos doadores.

O que fez a coligação?

Em 2008, após a violência pós-eleitoral no Quênia, o governo propôs elaborar uma nova constituição. A versão foi partilhada com uma série de partes interessadas, incluindo a Elimu Yetu. Em resposta ao processo de elaboração da Constituição, a coligação criou uma equipa técnica de especialistas, composta por consultores, agentes da sociedade civil, juristas e vários defensores da educação, para examinar e fazer recomendações relativas à educação no projeto de documento. A Elimu Yetu também mobilizou membros em todo o país para realizar campanhas, pressionar parlamentares e contactar os meios de comunicação num esforço para fazer ouvir a voz da sociedade civil.

O projeto final da Constituição, que foi apresentado ao público para aprovação, teve em conta mais de 60% das recomendações da EYC e reflete corretamente os pontos de vista da sociedade civil. A 4 de agosto de 2010 foi realizado um referendo constitucional no Quênia, e a nova Constituição foi votada por 67% da população queniana.

A formação da nova Constituição gerou a necessidade de revisão da política do sector da educação e do quadro legislativo no Quênia. A Lei da Educação de 1968 estava muito desatualizada e durante muito tempo as disposições na educação foram ditadas por vários regulamentos e estatutos dispersos. No entanto, uma boa legislação é a base de uma educação de boa qualidade. A EYC iniciou assim um processo de aceleração da revogação da legislação anterior, com o objetivo de incentivar as autoridades a desenvolver uma Política Nacional de Educação abrangente e um Projeto de Lei de Educação, garantindo uma reforma legislativa em estreita relação com o processo constitucional em curso. Em colaboração com a Rede de Educação dos Municípios (County Education Networks), a EYC desenvolveu uma Projeto de Lei de Educação Sombra e um projeto de quadro de políticas para influenciar o processo de reforma da educação do Ministério da Educação. Estes documentos oferecem ao governo recomendações de políticas, com base na perspectiva da sociedade civil. Ao longo do processo, a EYC operou com base num maior grupo de organizações da sociedade civil que trabalham os direitos económicos, sociais e culturais.

Qual foi o impacto do trabalho da coligação?

A nova Constituição do Quênia prevê expressamente o direito ao ensino básico gratuito e obrigatório. Isto significa que é obrigação do Estado assegurar que todas as crianças em idade escolar estão matriculadas na escola e aí permanecem até completarem o ciclo e fazerem a transição para o próximo nível. A seção da Constituição onde se fala dos direitos à educação está num capítulo protegido, dificultando qualquer tentativa de alterações.

A Elimu Yetu está atualmente a acompanhar atentamente a plena realização do direito ao ensino básico no Quênia, através da implementação da constituição. A coligação também está a trabalhar com as equipas técnicas do Ministério da Educação para contribuir para a finalização do novo Projeto de lei em Educação e da Política de Educação Nacional. A EYC provou ser um ator fundamental no processo de reforma da educação, assegurando que as recomendações de organizações da sociedade civil sejam levadas a sério pelo governo.

Lições aprendidas:

1. A participação do público em todos os processos de revisão e de desenvolvimento de políticas é essencial se queremos alcançar ganhos significativos. Tal é fundamental para garantir a aceitação e propriedade pública dos resultados gerados pelo processo, para maior sustentabilidade.
2. É essencial a sinergia entre todas as partes interessadas, tanto atores estatais como não-estatais. Tal só é possível se as partes interessadas se envolverem em consultas impregnadas no espírito de uma verdadeira cooperação e mútuo entendimento, sem qualquer tentativa de superar o outro. No entanto, a sociedade civil deve equilibrar esta relação, mantendo a sua independência e princípios.
3. Envolver parceiros com conhecimento especializado em educação nos processos legislativos e políticos é de importância fundamental se queremos garantir a qualidade do resultado do processo.

“ O público em geral e as organizações da sociedade civil são chamados a responsabilizar o governo pelo seu compromisso para com o direito à educação. Isto exige um público atento que questione as políticas e planos do governo e se envolva ativamente nos programas de educação.”

Elimu Yetu



Contactos da Coligação

Elimu Yetu Coalition Kenya

Telephone: +254 20 2446 669/+254 715 242 644

Email: elimuyetu@gmail.com

Website: <http://www.elimuyetu.net>

MOÇAMBIQUE: Estratégias para influenciar o sector da educação

Coligação: Movimento de Educação Para Todos (MEPT)

Em Moçambique, a coligação fez da sociedade civil um parceiro fundamental no diálogo do sector da educação com os parceiros governamentais e de desenvolvimento.

Contexto: Educação em Moçambique

- 80% das crianças em idade escolar estão matriculadas no ensino primário.
- 8% das crianças em idade escolar primária não frequentam a escola
- Na escola primária, a relação aluno-professor é de 58.
- A taxa de transição do ensino primário para o ensino secundário é de 57%.
- 71,8% dos jovens são considerados alfabetizados.
- A despesa pública com a educação é de 5% do PIB e 21% da despesa pública total.

Fonte: Instituto de Estatística da UNESCO de 2010 e Relatório de Monitorização Global EPT 2011

O Movimento de Educação Para Todos (MEPT), fundado em 1999, opera através de uma base de membros de 200 organizações, realizando pesquisas e levando a cabo ações de promoção de defesa que visam o governo, sectores público e privado, para garantir o acesso à educação pública inclusiva e de qualidade. Ao longo dos anos, o MEPT reforçou a sua relação com o governo e doadores, resultando num aumento da participação da sociedade civil no planeamento do sector de educação.

Em 2009 o MEPT recebeu financiamento do Fundo da Sociedade Civil para a Educação (CSEF) para intensificar o seu trabalho de defesa que visa assegurar uma gestão equitativa dos recursos financeiros, aumentar a participação dos Conselhos Escolares na tomada de decisão, fornecer insumos da sociedade civil para o desenvolvimento, implementar e monitorizar a estratégia do sector da educação e melhorar o impacto da sociedade civil sobre o governo na oferta de educação básica de qualidade para todos.

A coligação tem assento em reuniões anuais de revisão do sector e participa em grupos técnicos de trabalho, representando a voz da sociedade civil. Através dos seus esforços de trabalho de pressão o MEPT e os seus membros influenciaram fortemente os Planos e Políticas de Redução da Pobreza e o Sector da Educação em Moçambique, e contribuíram para um quadro de política de educação melhorado e para a sua implementação em Moçambique.

O que fez a coligação?

Em 2005, estabeleceu-se uma estrutura de diálogo entre o Ministério da Educação, parceiros de desenvolvimento e a sociedade civil em Moçambique. Ao concordar com estas orientações sobre como se envolver com o outro, a sociedade civil foi reconhecida como um parceiro valioso no diálogo do sector da educação. A estrutura incluiu duas grandes reuniões anuais, uma em que é levada a cabo uma avaliação conjunta do sector da educação, e uma segunda, no final do ano, para avaliar os planos do próximo ano e garantir a coerência com o Plano Estratégico do Sector da Educação. O MEPT tem assento nestas duas reuniões anuais de revisão do sector. A coligação também desempenhou um papel importante

influenciando questões da educação no Plano de Ação para Redução da Pobreza em Moçambique (PARP). Através de reuniões de avaliação e grupos técnicos de trabalho, as organizações da sociedade civil representadas pelo MEPT tornaram-se essenciais para o planeamento e tomada de decisão no seio do sector da educação em Moçambique.

Na elaboração do novo Plano Estratégico da Educação (2012-2016), a coligação trabalhou de várias maneiras diferentes para influenciar o governo. O MEPT participou em grupos de trabalho temáticos estabelecidos pelo Ministério da Educação. O envolvimento da sociedade civil foi particularmente forte em grupos de ensino básico, formação de professores e alfabetização, onde as organizações trouxeram para a mesa problemas fundados numa pesquisa abrangente.

Além disso, o MEPT participou em fóruns de tomada de decisão como membro de pleno direito, o que lhe permitiu influenciar as decisões importantes que estavam ser tomadas sobre a estratégia de educação. Ao mesmo tempo, foi dada à sociedade civil a oportunidade de apresentar os seus pontos de vista sobre a estratégia em reuniões tanto a nível nacional como provincial.

Outra questão prioritária para o MEPT foi colaborar com o Ministério da Educação no reforço da capacidade e conhecimento dos Conselhos Locais e Autoridades Comunitárias para garantir a sua participação de qualidade no desenvolvimento dos capítulos de educação do Plano de Ação de Redução da Pobreza.

Qual foi o impacto do trabalho da coligação?

A participação do MEPT na preparação da nova estratégia e influencia no Plano de Ação para Redução da Pobreza tem dado resultados claros. Por exemplo, a reintrodução do ensino pré-escolar, que o MEPT defendeu durante vários anos, ganhou prioridade no novo Plano Estratégico para o Sector da Educação.

Através do envolvimento das organizações da sociedade civil em todas as províncias do país, o Plano de Ação para Redução da Pobreza concentra-se fortemente na educação inclusiva, na formação de professores, material escolar, melhoria das condições para as raparigas, primeira infância e alfabetização de adultos. Através dos seus esforços de pressão, o MEPT contribuiu para um melhor quadro da política educativa em Moçambique e está também a fazer acompanhamento, através de monitorização a nível nacional e local, para assegurar que as estratégias sejam implementadas.

Lições aprendidas:

1. Concordar sobre orientações para métodos de interação dá a sociedade civil mais influência sobre a formulação de políticas e o planeamento estratégico do governo.
2. O trabalho de defesa deve ser alimentado por uma pesquisa extensamente validada.
3. É importante estabelecer consensos entre as organizações da sociedade civil para defender as questões de forma eficaz.

“É preciso ser paciente, porque a mudança de política e as estratégias governamentais é algo que leva muito tempo. Por vezes é preciso esperar até ao final de uma legislatura para ver as mudanças desejadas incorporadas.”

MEPT



Contactos da Coligação

Movimento de Educação Para Todos

Telefone: +258 823936050

E-mail: meptcentral@mept.org.mz

Website: <http://www.mept.org.mz>

Coligações financiados pelo FSCE

